


# PARÂMETROS DE REGULAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS INICIATIVAS OPEN DATA

 [journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/facio2021](http://journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/facio2021)

## Autores

Rafaella Facio Universidade Federal da Paraná (UFPR)   
<https://orcid.org/0000-0001-8580-1488>

## Palavras-chave:

open data, dados abertos, dados pessoais, consentimento, anonimização

## Resumo

O objetivo do presente trabalho é estabelecer parâmetros de regulação para a proteção de dados pessoais nas iniciativas *open data*, de modo a um só tempo não frear o avanço de importantes inovações, mas não violar direitos fundamentais nesse processo. Para tanto, o trabalho abordou e desenvolveu os seguintes assuntos: as transformações ocorridas na Administração Pública com a adoção de TICs, avanço do governo eletrônico e digital, bem como com o surgimento de iniciativas como as *smart cities*; delimitação da noção de dados abertos ou *open data* e sua distinção em relação ao já existente paradigma da publicidade e transparência; itinerário das iniciativas de dados abertos tomadas pela Administração Pública federal; análise da efetividade dos dois instrumentos geralmente apontados como meios de proteger dados pessoais – consentimento e anonimização. A metodologia adotada foi descritiva e dedutiva, com a técnica de pesquisa de documentação indireta das referências bibliográficas e normativas. Concluiu-se que: (1) o consentimento como único parâmetro de aferição da autodeterminação informativa é insuficiente; (2) a anonimização de dados pessoais também é insuficiente nos casos em que há risco da prática de perfilação; (3) a limitação desses dois instrumentos deve ser levada em conta como parâmetro para fins de regulação de iniciativas de *open data*.

## Downloads

Não há dados estatísticos.

## Referências

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; HAHN, Tatiana Meinhart. Administração Pública orientada por dados: governo aberto e Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. *Rev. de Direito Administrativo e Gestão Pública*, v. 6, n. 1, pp. 1-24, jan./jun. 2020.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

FRAZÃO, Ana. Fundamentos da proteção dos dados pessoais: noções introdutórias para a compreensão da importância da Lei Geral de Proteção de Dados. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (Coords.). Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. pp. 23-52.

KITCHIN, Rob. The data revolution: big data, open data, data infrastructures and their consequences. California: Sage Publications, 2014.

MARRARA, Thiago. O princípio da publicidade: uma proposta de renovação. In: MARRARA, Thiago (Org.). Princípios de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVER-LALANA, Daniel A; MUÑOZ SORO, José Félix. El mito del consentimiento y el fracaso del modelo individualista de protección de datos. In: TORRIJOS, Judián Valero (Coord.). La protección de los datos personales em internet ante la innovación tecnológica: riesgos, amenazas y respuestas desde la perspectiva jurídica. Madrid: Aranzadi Thomson Reuters, 2013.

RODOTÀ, Stefano. A vida na sociedade de vigilância: a privacidade hoje. São Paulo: Renovar, 2008.

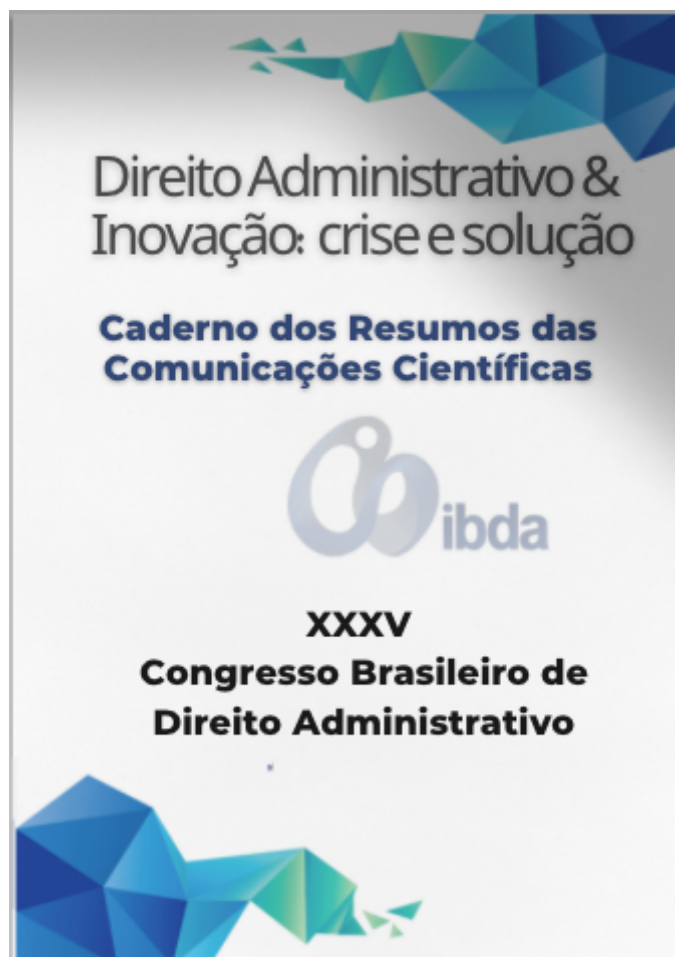
SALGADO, Eneida Desiree; SAITO, Vitoria Hiromi. Privacidade e proteção de dados: por uma compreensão ampla do direito fundamental em face da sua multifuncionalidade. International Journal of Digital Law, Belo Horizonte, ano 1, n. 3. p. 117-137, set./dez. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. Proteção de dados pessoais como direito fundamental na Constituição Federal brasileira de 1988: contributo para a construção de uma dogmática constitucionalmente adequada. Direitos Fundamentais & Justiça, Belo Horizonte, ano 14, n. 42, pp. 179-218, jan./jun. 2020. p. 182-186.

UNIÃO. Estratégias Gerais de Tecnologia da Informação (IGTI). Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/historico>. Acesso em 21 set. 2021.

Como citar na referência:

FACIO, R. PARÂMETROS DE REGULAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS INICIATIVAS OPEN DATA. In: SAIKALI, Lucas Bossoni; ANDRADE, Giulia De Rossi; DOTTA, Alexandre Godoy. (Orgs.). Direito Administrativo e Inovação: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. ISBN 9786599527821, Curitiba: GRD Editora, 2021., p. 85–86, 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/facio2021>. Acesso em: 14 out. 2021.



## Downloads

---

[DOI:10.5281/zenodo.5571412](https://doi.org/10.5281/zenodo.5571412)

## Publicado

---

14.10.2021

## Licença

---

Copyright (c) 2021 Rafaella Facio



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).